

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.437 - SP (2019/0243740-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ**  
**PROCURADOR** : **EDUARDO SPOLON - SP298541**  
**AGRAVADO** : **CARMEN LÚCIA MENDONÇA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADOS** : **CARMEN LÚCIA MENDONÇA DE OLIVEIRA - SP046154**  
                  **LUCIANA MENDONÇA DE OLIVEIRA - SP315359**  
**AGRAVADO** : **TUFFY MAHMUD ASSAD**  
**ADVOGADOS** : **WALDIR SINIGAGLIA - SP086408**  
                  **WERNER SINIGAGLIA - SP124013**  
**INTERES.** : **CETAL CONSTRUCOES LTDA - ME**  
**INTERES.** : **DILMA BADIN ASSAD**  
**INTERES.** : **ARCIDE ZANATTA**  
**INTERES.** : **LICINIO JOSE PEREIRA - ESPÓLIO**  
**INTERES.** : **EDSON SILVA ARAÚJO**  
**INTERES.** : **FERNANDO VIGANI ALESSO**  
**INTERES.** : **WALDEMAR FRANCISCO DE ASSIS BARRETO**  
**INTERES.** : **ROLF CARL THORSTENSEN JUNIOR**  
**INTERES.** : **ARLINDO JOSE ZANIN**  
**INTERES.** : **IVAN MÁRIO RICHTER**  
**INTERES.** : **DOUGLAS NATALIO GONZAGA**  
**INTERES.** : **GUIDO AMADEU**  
**INTERES.** : **MATILDE MONLOR PEREIRA**  
**INTERES.** : **LUIZ MOREIRA**  
**ADVOGADO** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Execução. Auto de arrematação. Pedido de conversão para auto de adjudicação. Invocação do art. 130 do CTN.

Hipótese em que arrematação houve, embora sem exibição do preço. Arrematante que concordou anteriormente em se sujeitar à sub-rogação de eventual débito fiscal sobre imóvel. Questão, a rigor, preclusa. Crédito a ser buscado e discutido na via adequada. Pertinência, outrossim, da análise da existência de penhora anterior. Irrelevância do eventual privilégio sem prévia execução e penhora do mesmo bem. Precedentes do STJ e da Câmara. Recurso improvido.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões de recurso especial, alega o agravante, em suma, violação aos artigos 130 e 186 do Código Tributário Nacional; e 892, § 1º, e 908, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta que, ao dispensar o depósito do preço do produto da arrematação do imóvel, a Corte local conferiu indevida preferência a créditos quirografários em detrimento do crédito tributário.

Defende que o acórdão recorrido violou "o artigo 908 do Código de Processo Civil ao exigir penhora prévia para o reconhecimento da preferência tributária" (e-STJ, fl. 221).

Aduz não ser possível a equiparação dos honorários advocatícios a verba de natureza alimentar, conforme previsto no artigo 85, § 14, do CPC/2015, tendo em vista que a sentença foi publicada sob a vigência do Código de Processo Civil de 1973.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 256 - 257, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Não assiste razão ao agravante.

Ao afastar a pretensão em análise, a Corte local registrou que (e-STJ, fls. 211 - 214):

Sustenta-se, em síntese, que, mesmo representado o lance pelo crédito dos exequentes, é necessária, no caso, a exibição integral do preço pelos credores arrematantes, sob pena de burla ao concurso de credores, devendo incidir na espécie o disposto no art.

130, par. único, do CTN. Caso assim não se entenda, postula-se seja considerada como adjudicação a aquisição dos imóveis levada a efeito no leilão, tendo-se por subrogados os débitos tributários na pessoa dos

agravados. Argumenta-se, ainda, que a anterioridade da penhora é exigível apenas se não houver título legal de preferência, o que não é o caso.

(...)

Não bastasse a impossibilidade (visto que arrematação houve, embora sem exibição do preço) não se divisa a necessidade de se deferir a medida tal como requerida pela Municipalidade recorrente.

**Primeiro porque consta que o arrematante agravado, instado judicialmente a tanto, manifestou concordância com o pedido do Município de Guarujá de que fosse declarada de modo expresso a aplicação do disposto no art. 130 do CTN “passando os arrematantes a responder pelos débitos tributários incidentes sobre o imóvel” arrematado (fls. 202 e fls. 204).**

**Daí se nota que, em segundo lugar, a questão já havia sido ventilada quando da designação da hasta pública, restando preclusa, a rigor, a discussão quanto à matéria.**

Seja como for, nesse cenário, pouco importa o nomen iuris já atribuído ao ato de alienação judicial da propriedade, podendo a Fazenda buscar o seu crédito nas vias próprias com fundamento no caso concreto.

Na via adequada, ademais, deverá ser verificada eventual hipótese de prescrição ou decadência do crédito tributário suscitada pela parte agravada (fls. 185/190).

Por outro lado, não é caso de afastar a determinação do juízo no sentido de que a Municipalidade demonstre a anterioridade do crédito e da penhora.

Não se cogita de preferência para o recebimento de crédito quando da arrematação sem a existência de prévia penhora, pelo credor, dos bens arrematados.

Assim, credor que não executou o devedor comum e penhorou o mesmo bem dos demais não participa do concurso particular ou de preferências, salvo os titulares de direito real, que se habilitam independentemente de ajuizamento de execução própria.

Lembra Araken de Assis que “a possibilidade de o credor titular de crédito privilegiado já vencido intervir, independentemente de penhora, no concurso especial, infringe o princípio básico de que concurso de preferências se restringe ao (s) bem (ns) penhorado (s)” (Manual da Execução, RT, 11ª Ed. ampliada e atualizada, p. 781).

A propósito, já se decidiu, no Superior Tribunal de Justiça que se

impõe “a existência de prévia execução e penhora sobre o mesmo bem, faltando legitimidade para suscitar privilégio de crédito a quem não demonstre tais pressupostos”, sendo “inadmissível a simples intervenção em processo de execução por pessoa que, sem integrar a relação processual, singelamente pedindo, pretenda receber crédito apontado como privilegiado” (REsp. 165.783/SP, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ 25.02.2002, p. 206). Assim, “discute-se a preferência quando há execução fiscal e recaia a penhora sobre o mesmo bem, excutido em outra demanda executiva” (REsp 654.779/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 28/03/2005).

Esta Câmara já se pronunciou no mesmo sentido, em mais de uma oportunidade: AI nº 2172472-51.2015.8.26.0000, Rel.<sup>a</sup> Christine Santini, j. 16.02.2016; AI nº 0065603-69.2013.8.26.0000, Rel. Des. Rui Cascaldi, j. 05.11.2013; AI nº 637.493-4/3-00, Rel. Elliot Akel, j. 18.08.2009.

A despeito da controvérsia acerca do mérito da questão, sobre a necessidade ou não de prévia penhora por parte do agravante, verifica-se a impossibilidade de análise do tema na presente oportunidade. No ponto, a Corte local afastou a pretensão da parte com fundamento prejudicial à análise da matéria, qual seja, a preclusão, destacando inclusive a anuência da parte agravante com o procedimento adotado, conforme se depreende da passagem em destaque do trecho do acórdão acima reproduzido.

Por outro lado, a agravante não impugnou o fundamento de preclusão erigido pela Corte de origem, que seria suficiente para manter a conclusão adotada no acórdão recorrido. Portanto, imperiosa se faz a aplicação da Súmula 283/STF, em virtude do que, fica prejudicada a análise dos demais temas.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, tendo em vista a ausência de condenação na origem, uma vez que o recurso especial foi interposto em sede de agravo.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora